



ENSINO DE ARTES VISUAIS E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Janedalva Pontes Gondim¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre as contribuições do estágio supervisionado de um curso de licenciatura em Artes Visuais a da realização do projeto “Africanidades” com o objetivo de construir uma experiência de educação antirracista (MUNANGA, 2005; GOMES, 2011). O projeto envolveu 18 licenciandos e 5 professoras de Ensino Fundamental de duas escolas públicas de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, no período de setembro a dezembro de 2019. Para isso, discutimos sobre a experiência de intervenção do estágio curricular, espaço privilegiado de diálogo entre a formação inicial e o campo profissional. Apontamos a necessidade de ações formativas para promoção de práticas pedagógicas fundadas em uma perspectiva antirracista no ensino de Artes Visuais a partir de uma abordagem crítica.

Palavras-chave: Ensino de Artes Visuais, Estágio Supervisionado, Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

O projeto Africanidades surgiu a partir da necessidade de assumirmos uma postura antirracista no curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf uma vez que o curso é composto em sua maioria por estudantes negros e negras o que exige de todos nós a problematização de práticas acadêmicas de cunho racistas.

No que tange a formação docente, o enfrentamento ao racismo se torna uma condição *sine qua non* à sociedade brasileira que historicamente foi forjada na escravidão além de que o combate ao racismo nas escolas já é posta na Lei Federal 10.639/2003 que institui o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica como outras diretrizes legais assim essa questão dever ser uma constante na formação dos professores brasileiros.

Diante deste contexto urge a necessidade de reconstrução de paradigmas epistemológicos que fundamentem a formação docente seja na condição inicial ou continuada.

Nesse sentido, elaboramos o Projeto intitulado Africanidades que foi desenvolvido na disciplina de Estágio Supervisionado I no período de setembro a dezembro de 2019, no qual os estudantes puderam tratar dos conteúdos de Artes Visuais atrelados a uma postura

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora do curso de Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF- PE, janedalva.gondim@univasf.edu.br



antirracista. Esse processo formativo ocorreu através de atividades que contemplaram temas sobre a África, identidade negra e raça.

É importante destacar que o Estágio Supervisionado I no curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do Francisco/Univasf é destinado à prática de ensino nos níveis da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental sob a orientação docente-orientador em todo o processo².

Inicialmente, a ideia do Projeto foi apresentada aos estudantes da disciplina que de pronto se entusiasmaram com a proposta intitulando-a de “Africanidades”. O projeto foi desenvolvido por 02 turmas, envolvendo 18 estudantes que foram divididos em duplas para que cada professora-orientadora pudesse acompanhar de 3 a 5 duplas na elaboração e desenvolvimento das ações nas escolas.

Nesse projeto foram contempladas aproximadamente 228 crianças com a idade de 6 a 8 anos divididas em 9 turmas, predominantemente do 2º ano do Fundamental, 6 professoras-supervisoras de 02 escolas públicas, uma no município de Petrolina/PE e a outra, em Juazeiro/BA.

No contato inicial, onde ocorreu o campo de Estágio, conversamos com as gestoras escolares que nos indicou apresentar o projeto às professoras na reunião pedagógica. Comparecemos a reunião e apresentamos o projeto Africanidades, todas as professoras foram muito receptivas em relação à temática, sobretudo, em razão das ações do projeto coincidirem com o calendário escolar de novembro, que inevitavelmente, iriam tratar da Consciência Negra.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é refletir sobre a experiência do Projeto Africanidades em duas escolas públicas do sertão pernambucano e baiano a partir de uma educação antirracista reconhecendo o espaço escolar como um lugar privilegiado para se discutir a diversidade cultural e racial do nosso país.

2 FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Apesar das ações afirmativas já fazerem parte do cenário político nacional desde década de 1990, e da longa e árdua luta dos movimentos sociais por uma mudança no sistema educacional ter dado início a um debate diferenciado sobre as relações étnico-raciais no Brasil

²É importante ressaltar que a pandemia do Covid19 que ocorreu nos anos de 2020 a 2022 comprometeu a sequência do projeto durante os estágios, assim, achamos oportuno apresentar as reflexões do projeto desenvolvidas em 2019.

nos finais do século XX, somente em 2003 é realizada uma modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar.

O caráter político-pedagógico contido na referida lei contribui para que a população negra e seus descendentes se reconheçam, tenham a sua memória, sua história, cultura e identidade valorizadas no processo educacional.

É preciso reconhecer que o racismo impera em nossa sociedade, sendo um dos graves problemas que enfrentamos, e que trazem desvantagens para as relações sociais das diferentes etnias que constituem a nossa sociedade, principalmente a africana e a afro-brasileira.

Por essa razão segundo Munanga (2005, p.17) crê que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados embora a educação escolar, não possa resolver tudo sozinha, ocupa lugar de destaque.

Sob essa lógica, Munanga (2005, p.17-18) reitera que se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua afeição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.

Segundo Nilma Lino Gomes:

Para se compreender a realidade do negro brasileiro, não somente as características físicas e a classificação racial devem ser consideradas, mas também a dimensão simbólica, cultural, territorial, mítica, política e identitária. Nesse aspecto, bom lembrar que nem sempre a forma como a sociedade classifica racialmente uma pessoa corresponde, necessariamente, à forma como ela se vem. O que isso significa? Significa que, para compreendermos as relações étnico-raciais de maneira aprofundada, temos de considerar os processos identitários vividos pelos sujeitos, os quais interferem no modo como esses se vêem, identificam-se e falam de si mesmos e do seu pertencimento étnico-racial (GOMES, 2011).

Para superar o costume de ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada, percebendo o mundo de maneira comparativa e dicotômica, (perfeições e imperfeições, aquilo que o belo e o que feio, os inferiores e os superiores, o preto e o branco), um melhor entendimento das características humanas necessita ser trabalhada e contextualizada pedagogicamente.

A escola tem um papel importante a cumprir, pois uma educação que busque estimular a compreensão dos alunos em relação à história dos discriminados, por trás da construção e

estruturação social e cultural brasileira, pode auxiliar na superação de opiniões racistas e a romper o mito da democracia racial.

Nessa direção, a Lei nº 10.639 prevê a inclusão nos currículos escolares do ensino da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional; de modo que a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, sejam resgatadas e valorizadas (BRASIL, 2003).

Embora existam leis que normatizem o estudo da história e cultura afro-brasileira, a efetividade dessas está diretamente ligada a forma como o professor se relaciona com este tema, quer seja na reflexão sobre relações étnico-raciais, quer seja sobre estratégias de abordagens antirracistas em sala de aula. Em ambos os casos, a formação inicial e continuada de professores é um elemento que potencializa e aumenta as possibilidades de que uma educação antirracista seja realmente efetivada.

Sendo assim, o projeto Africanidades teve como objetivo possibilitar aos licenciandos e licenciandas, por meio do estágio, a reflexão e a elaborarem práticas pedagógicas a partir de uma postura antirracista.

3 PROJETO AFRICANIDADES: UMA POSTURA ANTIRRACISTA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O projeto Africanidades foi criado e desenvolvido na disciplina de Estágio Supervisionado I do Curso de Licenciatura em Artes Visuais durante os meses de agosto a dezembro de 2019 com o intuito de articular os conteúdos de Artes Visuais com questões antirracistas. Sugerimos aos estudantes, estagiários e estagiárias, que desenvolvessem as ações pedagógicas conforme os seguintes subtemas: “Afrobetizar³” e “África em nós” considerando as especificidades do desenvolvimento infantil e as necessidades educacionais de cada nível de ensino e turma onde eles iriam estagiar.

Assim, àqueles que escolhessem trabalhar com as crianças do 1º. e 2º. anos do Ensino Fundamental onde o processo de alfabetização e letramento⁴ é predominante ficariam com o subtema Afrobetizar.

³Subtema inspirado no projeto Afrobetizar desenvolvido pela psicóloga Vanessa Andrade no morro do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Rio de Janeiro. Consultar Afrobetizar – uma possibilidade de ação educativa a partir da afirmação e fortalecimento da identidade negra. Revista UFG – Ano XV nº 15 – dezembro de 2014.

⁴Alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, já o letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Ver SOARES, Magda Becker, (1998). Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

As ações do Afrobetizar foram planejadas para serem desenvolvidas em três momentos. O primeiro, consistiu em 2 encontros/aula para explorar o conhecimento prévio das crianças sobre o continente africano, problematizando com elas esses conhecimentos apresentando novas informações sobre a África, etnias chamando atenção para a diversidade multicolor e cultural de sua população.

Para o segundo momento dedicamos 4 encontros, por se tratar de crianças que estão na sua maioria se alfabetizando, as ações pedagógicas foram mediadas pela literatura onde as histórias eram contadas ora com os próprios livros⁵ ora com o uso de ferramentas digitais. Escolhemos histórias cujas protagonistas eram crianças negras com o objetivo de, por meio da imaginação e ludicidade, desencadear o reconhecimento e o pertencimento da negritude.

Vale salientar que alguns livros possuíam exemplares na biblioteca da escola, mas a maioria das professoras não tinham conhecimento de sua existência. Por essa razão, optamos por fazer a leitura desses livros na própria biblioteca para incentivar o uso do espaço como local de aprendizagem e prática de leitura. Os livros não encontrados na biblioteca foram adquiridos através de pesquisa na internet.

Escolhemos a literatura para discutir de forma lúdica as narrativas sobre o corpo negro pois entendemos que no Brasil é no “Corpo negro” que as marcas do preconceito racial se operam nas dimensões: moral, intelectual e estética (LOPES, 2004). Por essa razão, entendemos que problematizar junto às crianças a afirmação de traços e características da raça negra poderia despertar uma reflexão sobre a corporeidade dos povos africanos e afro-descendentes como algo positivo.

A escolha pela literatura como recurso didático considerou a contribuição da literatura ao desenvolvimento infantil nos aspectos social, cognitivo e emocional. Para Abramovich (1997) quando as crianças ouvem histórias, passam a visualizar de forma mais consciente, sentimentos que têm em relação ao mundo. As histórias trabalham problemas existenciais típicos da infância, como medos, sentimentos de inveja e de carinho, curiosidade, dor, perda, além de ensinarem sobre diversos assuntos. A riqueza da vivência da literatura desde os primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do seu pensamento lógico

⁵ Os livros escolhidos foram: RODRIGUES, Martha. **Que cor é a minha cor?** Ilustrações de Rubem Filho, Mazza Edições, 2006. HOOKS, Bell. **Meu crespo é de rainha.** Ilustrações de Chris Raschka, Tradução de Nina Rizzi. Literatura Infantil. Boitátá, 2018; COSTA, Madu. **Meninas negras.** Mazza edições, 2010; PASSOS, Adilson. **As mulheres Abayomi.** Editora Solisluna, 2015; BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** Companhia Editora Nacional, 2007.

e também de sua imaginação, que segundo Vygotsky (1999, p.128) caminham juntos: “a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista”.

Cada dupla de estagiários e estagiárias, a partir da leitura das histórias, elaborou um conjunto de atividades que pudessem explorar os conteúdos de Artes Visuais através do desenho, da pintura, modelagem/tridimensional e da fotografia. Estas atividades são capazes de fazer as crianças expressarem seus pensamentos e sentimentos acerca do tema como também, possibilita despertar o reconhecimento de sua negritude discutindo a existência da diversidade étnico-racial. Além disso, as atividades tematizaram práticas culturais africanas e afro-brasileiras.

Uma das atividades que pudemos perceber o aspecto afetivo nas crianças foi quando elas foram fotografadas. Para levar o grupo a pensar melhor sobre a cor da pele, as crianças foram alinhadas para fazerem fotografias de si, a fim de identificar a paleta de cores existentes em cada rosto além dos tipos de cabelo.



Figura 1- Autorretrato das crianças
Fonte: Registro pessoal da autora

Na Figura 1 pudemos perceber, da esquerda para direita, a importância de se discutir a cor da pele com as crianças como forma de discriminação e o sentimento de inferioridade. A primeira criança usou a cor salmão (chamado tradicionalmente pelas crianças de “cor de pele”) e a outra em dúvida sobre qual cor usar, não pintou nenhuma, deixando em branco. Percebam que apesar de apresentarem cor de pele diferente da cor salmão elas tiveram dificuldade de reconhecer a diferença indicando a marca do colorismo⁶ como forma de discriminação e internalização do racismo estrutural⁷.

⁶Colorismo é a expressão da discriminação racial que se orienta somente na cor da pele da pessoa. No Brasil, o colorismo soma-se a outros aspectos fenotípicos como cabelo crespo, nariz arredondado ou largo, dentre outros aspectos físicos, que a nossa cultura associa à descendência africana, para exercer a discriminação.

⁷Racismo estrutural corresponde à naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que se institucionalizaram na vida cotidiana do povo brasileiro, e que promovem, direta ou indiretamente, a segregação

Em relação ao ensino de Artes Visuais, como erradicar o material artístico tipicamente escolar da tinta guache e do lápis de cor denominados “cor de pele” (conforme ilustração abaixo) – de coloração rosácea e associado a cor/raça branca-, um dispositivo de violência simbólica e instrumento da imposição de uma política de poder e representação do imaginário racial colonialista, que há décadas circula incólume nas escolas produzindo invisibilização e silenciamento de outras existências étnico-raciais ao resumir toda diversidade de cor de pele a uma só? (JUNIOR, 2018, p. 2561).

Essa atividade chamou a atenção de uma das professoras que comentou que “achava seu cabelo feio e tinha vergonha dele” e após as oficinas pôde compreender melhor que isso era a internalização do racismo. Vale destacar que além desse fato, durante as observações no Estágio, nas conversas entre os estagiários e estagiárias e professoras, percebemos pequenas mudanças na postura das professoras-supervisoras em relação a si e com as crianças. Relataram que perceberam que muitas vezes reproduziam narrativas de discriminação que elas próprias internalizaram durante sua vida.

A importância do estágio supervisionado está nesse encontro do licenciando e licencianda com o professor e professora na prática docente cujo objetivo é compreender o professor como intelectual em permanente construção e desconstrução pela compreensão da educação como um processo dialético de desenvolvimento do homem como ser historicamente situado.

É aguçar o olhar sobre as particularidades que compõem o cotidiano do trabalho docente, como relata Lima (2012, p. 61): “É o olhar demorado sobre os fatos, nexos e relações que se estabelecem no movimento das pessoas para descobrir os fenômenos embutidos nos fatos aparentemente corriqueiros ou comuns as particularidades e detalhes do fenômeno estudado”.

No que tange, especificamente, a uma postura educacional antirracista, a escola tem um papel importante a cumprir, promover uma educação que busque estimular a compreensão dos alunos em relação à história dos discriminados por trás da construção e estruturação social e cultural brasileira, no sentido de auxiliar na superação do racismo e romper com o mito da democracia racial⁸.

Vale ressaltar que das 6 professoras-supervisoras, 4 eram negras as quais admitiram que a questão racial até aquele momento não tinha sido problematizada por elas de forma

ou o preconceito racial. Mais informações consultar ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

⁸Erigiu-se no Brasil o conceito da *democracia racial*, segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (NASCIMENTO, 1978, p.41).

sistematizada como estava acontecendo com as atividades do projeto. Relataram ainda que na escola, quando pensavam em tratar da questão racial, as ações se concentravam em atividades comemorativas da Semana da Consciência Negra. A partir das falas das professoras constata-se a necessidade de que a educação antirracista deva fazer parte do processo de formação dos professores tendo capacitações permanentes sobre racismo, ações de enfrentamento ao racismo na escola.

Dando continuidade sobre a questão da cor da pele a partir das reflexões sobre as fotografias, da observação da própria cor da pele de cada criança, no encontro seguinte, realizado para concluir a atividade sobre a coloração da pele, apresentamos algumas imagens da Série Polvo de Adriana Varejão⁹. Esta série foi inspirada a partir dos 136 termos utilizados pelos brasileiros para definirem à sua própria cor de pele durante uma pesquisa organizada pelo IBGE em 1976. A série é composta por retratos de Adriana Varejão, pintados por um artista desconhecido, sob encomenda, e que receberam algumas intervenções de Varejão. A paleta de cores criada pela artista procura discutir o apagamento da identidade negra, ao amenizar o tom da pele, descortinando os mecanismos simbólicos do racismo.



Figura 2- Série Polvo, 2014

Fonte: <https://www.anajustra.org.br/espacocultural/post/382/Adriana-Varejao-interpreta-o-contemporaneo>

Após a apreciação das imagens da Série Polvo foi realizada a mistura de tintas, a fim de conseguirem o tom mais próximo da própria cor de cada criança. O resultado foi interessante, cada estudante pode experimentar a tinta com o tom mais parecido em sua pele e, se quisessem, podiam preencher a imagem da fotografia com suas características, inclusive, em relação ao próprio cabelo. Em muitas ocasiões, em especial quando tratamos da questão da positividade do cabelo afro, as estagiárias relataram que perceberam o desconforto de algumas professoras, pois enquanto as estagiárias afirmavam a beleza do cabelo crespo, as

⁹Adriana Varejão é uma artista visual brasileira. A série Polvo (2014) é composta por retratos da carioca, pintados por um artista desconhecido, sob encomenda, e que receberam intervenções da artista.

professoras negavam-no. Essa foi uma das inúmeras situações em que o racismo naturalizado no cotidiano escolar foi posto em xeque.

Essas atividades tiveram como propósito desconstruir as experiências corporais marcadas pela discriminação considerando que é preciso problematizar estes aspectos no campo do currículo escolar promovendo um deslocamento do olhar sobre os negros na nossa história e cultura a partir de uma reflexão sobre sua corporeidade (GOMES, 2003; 2005).

O segundo subtema sugerido foi “África em Nós” para ser desenvolvido com as crianças do 3º, 4º. e 5º. anos do Ensino Fundamental onde a tônica foi explorar os conhecimentos sobre a África, desmitificando a ideia de selvagem, exótico, primitivo e verificando suas influências culturais na moda, nas artes visuais, na dança, no cinema, etc., Contudo, como a maioria das turmas (7) eram do 2º. ano, optamos por trabalhar também esse tema com as turmas do 2º. ano.

Além das atividades descritas, foram exibidos vídeos de 5min sobre as danças, roupas e as comidas dos povos africanos que nós também incorporamos em nossa cultura, a exemplo do turbante.

Com a proximidade das comemorações da semana da Consciência Negra na escola, os estagiários e estagiárias escolheram realizar no pátio junto com as crianças durante esse período, jogos teatrais, danças, desfile de roupas, penteados, turbantes. Foi um momento de descontração e interação, sobretudo, porque alguns pais puderam participar.

Para finalizar as ações do projeto, nos últimos 3 encontros, as crianças puderam conhecer artistas negros nacionais e locais a partir da apreciação de algumas imagens. As referências estéticas que embasaram as ações pedagógicas procuraram destacar a produção artística do negro seja numa perspectiva moderna como contemporânea a exemplo, do artista Romuald Hazoumè¹⁰.

¹⁰Romuald Hazoumè é um artista do Benin que tem forte conexão com o povo e cultura Iorubá (grupo étnico do oeste da África) na qual as máscaras são protagonistas. As sagradas máscaras ganham ar contemporâneo no melhor estilo ready-made quando ele usa objetos de seu cotidiano como cordas, funis e galões – fazem referência ao transporte ilegal de petróleo da Nigéria.



Figura 3: As crianças confeccionaram suas máscara inspiradas em Hazoumè.
Fonte: <https://br.pinterest.com/lourdeteb/mascaras-afro/>. Acervo da autora, 2022.

Essa atividade foi pensada compreendendo que a fruição, a apreciação da imagem é algo singular. Os sentimentos, as diferentes emoções e as reflexões que ela cria, em nós, professores e alunos, reverbera a compreensão da importância das artes visuais em nossa sociedade e na vida dos sujeitos.

Ao fim do projeto as crianças foram convidadas a elaborar um cartaz com a ideia que elas tinham sobre o racismo e de como a partir daquele momento elas iriam se comportar em relação a si e aos colegas sobre a negritude.

O cartaz intitulado “Afrobetizar: de cara feia para o racismo” expressou sentimentos a partir do desenho, onde alunas e alunos produziram, refletiram, e construíram uma simbologia coletiva que se transformou em uma ferramenta didática potente no diálogo no combate ao racismo.

Finalizamos o projeto entendendo que as ações pedagógicas promovidas por ele propiciaram a construção de saberes entre as professoras-supervisoras e as estagiárias e os estagiários. Essa mediação entre a universidade e a escola possibilita uma ampliação da formação, pois os futuros professores e professoras podem conhecer a realidade das escolas ao mesmo tempo que provocam a comunidade escolar a se auto-analisar sobre a sua função como agente de transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Africanidades partiu de uma realidade sócio-histórica, ou nas palavras de Saviani da prática social (2011) construída em torno das relações étnico-raciais. Podemos inferir que o projeto supracitado conseguiu mobilizar nas 228 crianças um processo de reflexão crítica em torno da cultura afro-brasileira, assim como despertá-las para o

autoconhecimento, buscando a reconstrução de saberes historicamente silenciados, propostos nos conteúdos interdisciplinares vivenciados no chão da escola, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil, alinhado às necessidades educacionais de cada nível de ensino e na apropriação dos conteúdos artísticos.

A proposta de incluir de forma prática a temática em torno das relações étnico-raciais associadas aos conteúdos de Artes Visuais, a partir de uma abordagem antirracista, se mostrou uma alternativa potente tendo em vista o cumprimento das diretrizes previstas na Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), aproximando-os da prática docente a qual tem se mostrado desafiadora no que diz respeito a pensar práticas educativas que estejam atentas a realidade sócio-histórica do seu alunado.

A ação do Projeto Africanidades, como atividade de Estágio, evidenciou sua importância como espaço privilegiado e tenso da formação inicial. Para o licenciando e licencianda, o desenvolvimento do Projeto Africanidades permitiu vivenciar durante o Estágio a especificidade pedagógica do trabalho docente, ampliar o conceito de docência, no qual se vislumbram ações como: participar da elaboração da proposta pedagógica; elaborar e cumprir plano de trabalho; zelar pela aprendizagem dos alunos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, art. 13).

Por fim, no que tange às contribuições do projeto no processo formativo tanto dos licenciandos e das licenciandas como das professoras supervisoras do estágio, percebeu-se que as ações sistematizadas de intervenção por meio do estágio supervisionado mostrou a necessidade de que ocorram mais ações formativas para inspirar docentes acerca das possibilidades pedagógicas que mobilizem o enfrentamento ao racismo a partir de uma abordagem crítica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1997, p. 17.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em 10 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 de março de 2020.

JUNIOR, Wilson Cardoso. “O silêncio é embranquecedor”: por um ensino de artes visuais intercultural e antirracista. **Anais do 27o Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**, 2018. São Paulo. Anais do 27o Encontro da Anpap. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, 2018. p.2560-2573.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. **Superando o racismo na escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LOPES, Ana Lúcia. Currículo, Escola e Relações Étnico-Raciais. **BRASIL. Ministério da educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Africanidades. Brasília: MEC, 2004. p.13-31.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **O desenvolvimento psicológico na Infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.